

aprova-lo, vem uma emenda que, sem dúvida, irá retardar a votação e, possivelmente, a aprovação de tão importante projeto.

A Comissão de Constituição e Justiça julgou constitucional o nosso projeto. A Comissão de Serviço Público deu-lhe parecer favorável, sendo relator o Deputado Afonso Celso. Todos sabem que a atuação de S. Exa. nesta Casa não se firma no propósito de agradar este ou aquele grupo, nem se serve da clientela eleitoral que funciona no serviço público. O nobre Deputado Afonso Celso, parlamentar sereno e equilibrado, meditou bem antes de elaborar seu parecer.

O nobre Deputado Nelson Carneiro falou aqui a respeito da campanha que vai sofrer em virtude de sua oposição.

O Sr. Nelson Carneiro — Já sofri.

O SR. BENJAMIN FARAH — Esteja certo V. Exa. de que a campanha que o funcionalismo está fazendo é a favor do projeto e não contra V. Exa. ou qualquer outra pessoa. Os servidores públicos querem essa proposição porque é justa e humana, atende aos seus anseios e necessidades.

Mas vamos esperar que a Casa examine essa emenda e, num prazo curto, possa liberar o projeto, elaborado com os melhores propósitos de atender, não somente aos funcionários, mas também à máquina administrativa, porque, se o funcionário tiver amparo, assistência, poderá prestar, com mais eficiência, melhor colaboração ao serviço para o qual se destina. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. AURÉLIO VIANNA * — Sr. Presidente, nobres Deputados, não sei qual foi o último projeto votado em 1937, antes de 10 de novembro. Não sei também se aquele tempo havia tanta agitação, tanta inquietação como nos dias que correm. Os sobressaltos vêm sendo a constante dos anos pós-guerra. Diversas datas ficaram fatídicas no

calendário histórico-político do Brasil: 24 de agosto, 25 de agosto, 10 de novembro e 11 de novembro. O mês de agosto é fatídico; 24 de agosto, 25 de agosto. Duas datas fatídicas num mês fatídico. O mês de novembro é fatídico também: 10 de novembro, 11 de novembro. Qual será a outra data fatídica, qual o outro mês fatídico para a democracia brasileira?

Enquanto isso grupos políticos se arregimentam para encontrar a fórmula salvadora.

A parlamentar? presidencial, com novas eleições para preenchimento da vaga que deixou o ex-Presidente da República, Sr. Jânio da Silva Quadros?

Afinal de contas surgiram algumas fórmulas salvadoras não postas em prática até agora. Nenhuma delas serviu. Já se cochicha, já se comenta é o *jus murmurandi*, que já se fez uma alquímia, descobrindo-se o x de um problema muito grave, muito sério: um Governo de coalisão nacional?

Não importa à Nação — dizem os corifeus da fórmula — um governo à base do respeito à Constituição, continuamente desrespeitada, ferida, estrangulada. Também não se fala disto. Um Governo comprometido com a civilização oriental ou com a civilização cristã, ocidental? Um Governo pró Estados Unidos, contra a União Soviética? que fórmula é a que vai ser apresentada à Câmara dos Srs. Deputados, nestes dias tumultuosos, nesta época difícil, quando ninguém sabe para onde vai? Mas uma época eufórica. Estamos ouvindo as gargalhadas dentro da Câmara, a euforia do brasileiro. Vi, lá em baixo, um carro que já tinha o nome de um candidato à reeleição. Veio de São Paulo. Uma *pick-up* bonita, linda. Vi lá na Ford o nome do candidato, que é deputado, à sua reeleição. De um lado, uma pintura muito bonita, do outro lado também, as costas também, todos os lados. Agora encontrei, a *pick-*

* Não foi revisto pelo orador.

-up com o nome do deputado coberto. De crepe? Ainda não. Ninguém sabe o que está por baixo daquele pano. Numa roda comentávamos: Será que vamos fazer propaganda eleitoral? Por quê? Com o consentimento de quem? De que entidade? A nossa democracia é uma plantinha tenra, dizia Otávio Mangabeira, precisa ser adubada, aguada, o adubo deve ser de primeira qualidade. Pois não está sendo aguada nem adubada e é cada vez mais frágil, cada vez mais tenra.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, já há Presidentes que vetam e que não foram eleitos. Há vetos à posse de candidatos, há vetos ao funcionamento do Congresso. Daqui a algum tempo, o candidato, antes de ir à Justiça Eleitoral, deve procurar saber se, eleito, poderá tomar posse, seja ele Deputado, Senador, Vereador, Prefeito, Governador, Presidente da República. E viva a democracia, e morra o totalitarismo! Mas, que democracia se deve viver? Noutra época diria Rui Barbosa, o da Bahia, o de Haia: e a Nação, de côcoras, assistiria ao drama de sua autodestruição no campo da democracia. E alguém disse e confirmo: não adianta falar, a época é de ação. A ação do parlamentar é esta, sua arma é a palavra e, diria, a Constituição. A ação é esta: clamar, proclamar as virtudes da democracia, embora ferida, que, muitas vezes, aparentemente desaparece, mas ressurge, como a Phenix lendária das suas próprias cinzas. Não tenho dúvidas quanto a isso. Apenas lamentaria, e este apenas tem uma amplitude extraordinária, que os meus filhos sofressem o que eu sofri bem jovem ainda. Naquele tempo era uma ditadura paternalista, mas era uma ditadura. Qual será a nova ditadura que se preconiza para o Brasil? Ditadura é silêncio. Louvores, se há, é para o enaltecimento dos carismáticos, dos chefes, dos senhores das vontades que muitas vezes querem ser senhores das almas. As lavas de um Vesú-

vio diferente poderão destruir uma outra Pompéia. Não há um Café Filho nesta Casa, atroando os ares do Brasil com aquele grito, que diziam fatídico: "Lembrai-vos de 37!"

O Sr. Djalma Marinho — Mas há um prenúncio de malôgro político na história do nosso regime.

O SR. AURÉLIO VIANNA — V. Exa. diz muito bem. Há um prenúncio de malôgro político na história atribuída deste País jovem, deste País novo. A fórmula mágica não surgiu ainda. Só uma resolveria, neste momento de crise; a do respeito à vontade do povo brasileiro, à Constituição da República. Poderiam até surgir conflitos, lutas. De um lado, defensores da Constituição e da vontade do povo brasileiro; de outro, os inimigos da lei, da ordem constitucional, da legalidade democrática, da vontade do povo. E essa luta poderia ser profícua, porque, nas lutas, caldeiam-se, sublimam-se os homens e passam suas ideologias.

Luta-se no mundo inteiro, nas Américas, na Europa, na África. Até os nossos irmãos de cor das nações jovens da África estão lutando pelo princípio de sua determinação própria. Apontam para nós o caminho da redenção. E nós não os ouvimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como inquietam estas palavras que caem em certos corações mais inquietos ainda! Não temos vontade de morrer, mas estamos morrendo; não temos vontade de adoecer, mas estamos adoecendo; não temos vontade de resistir, e não sei se estamos resistindo. Ai está o busilis. Enquanto isto, nesta democracia que deu o mais que poderia dar aos soldados brasileiros, que deu leis das mais perfeitas ao operariado, que procurou tratar bem o funcionalismo e que lutou desesperadamente para sobreviver, desenvolvendo-se, esta democracia está ameaçada de morte.

O meu professor de Direito Civil, escolhido unanimemente pela minha turma, para seu patrono, escreveu uma espécie de morte, que foi o motivo do nosso discurso naquela data da nossa formatura: "A mais inglória das mortes é a morte da liberdade". Professor Inácio Gracindo, irmão do grande tribuno Demócrito Gracindo. E em torno desse tema, surgiram os pensamentos mais interessantes e mais nobres, tendo como centro a liberdade, que deveria ser defendida principalmente pela juventude brasileira. "Que é a liberdade? Como a conceituamos? Por que defendê-la? Por que amá-la? Por que cultuá-la, por que enaltecê-la? Talvez por não sabermos o que é, não se luta em sua defesa até a morte. Enquanto não vem o dia trágico, aquele em que a Câmara poderá continuar funcionando como se estivesse fechada, sem qualquer autoridade — as suas portas poderão achar-se abertas que ela estará fechada — enquanto não chega esse dia, vamos discutindo projetos como este que estabelece: "É considerado como de efetivo exercício o período em que o funcionário público esteve afastado para tratamento de saúde".

Cercada de perigos, ilhada, ainda assim, como que se restaurando a si mesma, a Câmara discute projetos que vêm beneficiar determinadas classes de brasileiros. Isso é lógico, mas tragicamente belo.

O Sr. Benjamin Farah — Ainda assim a Câmara está cumprindo seu dever.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Se chegassem alguns cidadãos brasileiros armados de fuzis, metralhadoras, estaríamos aqui discutindo projeto interessante.

O Sr. Benjamin Farah — V. Exa. está muito pessimista.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E V. Exa. o está mais do que eu: apenas eu o digo e V. Exa. não.

O Sr. Benjamin Farah — Se eu estivesse pessimista, não me encontraria aqui defendendo meu projeto.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Ora, Deputado, não sou pessimista nem Cassandra. Já o disse mais de uma vez. Sou um homem realista. Poderia dizer como o Deputado Djalma Maranhão: um ganso do Capitólio, sendo que ele conseguiu alertar os sentinelas de Roma e salvá-la da destruição, mas, no caso vertente, cada qual é que salva a si mesmo, e assim todos poderão salvar-se.

Ora, o que não sou é cego. Então, V. Exa. não sabe que se propala, que se diz que as reuniões se processam, porque houve uma intimação, uma decisão de não se dar posse ao Sr. Goulart. Se não sabe, ouça. E ainda se vem falar nesta Casa, sobre pessimismo! A realidade dura, tremenda, terrível é que estamos num deserto, distante da civilização, distante dos grandes centros urbanos, distante das massas, que se poderiam organizar, em dado momento, para reagir.

O que acontece é que não capitulei e com V. Exa. acontece o mesmo.

O Sr. Benjamin Farah — Deputado, eu estou nesta Casa há muitos anos. Quatro legislaturas. Mas confesso a V. Exa. que nunca senti tanto orgulho de fazer parte deste Parlamento como agora.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Acredito. E eu também.

O Sr. Benjamin Farah — E V. Exa. permita que eu declare um dos motivos deste meu orgulho. Porque, nesta hora em que se trama contra as instituições. V. Exa. se encontra nessa tribuna, como uma sentinela avançada da democracia, alertando a Casa e a Nação contra aqueles brasileiros que não acreditam no império da lei. Mas quando os homens se colocam acima da lei, o povo também não sabe como se comportar.

156.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

531

Eu não acredito que os chefes militares destas Forças Armadas que têm uma vocação democrática, não acredito que os chefes militares responsáveis pela manutenção da ordem e da lei queiram levar a Nação a consequências imprevisíveis. Eu tenho para mim, Sr. Deputado, que eles vão respeitar a Constituição. E se por acaso eles quiserem atear fogo neste País, serão responsáveis pela eliminação dessa fogueira, porque também, se não acontecer isto, eles poderão sucumbir com a própria fogueira. Sr. Deputado, estou orgulhoso de ver este Parlamento aberto e companheiros, como V. Exa., que acreditam na democracia e confiam, como eu, na bravura e na vocação democrática das nossas Forças Armadas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, ontem à noite, hoje pela manhã, de madrugada, os aviões eram revistados. Soldados procuravam o Vice-Presidente, indo até mesmo àquelas partes reservadas dos aviões. Senadores e Deputados assistiam à busca do Sr. Vice-Presidente. A mim não me interessa particularmente a pessoa do Vice-Presidente, o seu nome, que poderia ser qualquer. A mim me interessa que esse homem foi eleito, todos sabiam, militares e civis, para exercer a Presidência do Senado e substituir o Presidente da República nos seus impedimentos.

Ontem, esta Casa aplaudiu o ato de posse do Presidente desta Casa, substituto eventual do Presidente João Goulart. Aplaudiu, porque verificou que a Constituição não estaria arranhada, que os trâmites legais estavam sendo obedecidos.

Em 37, foi assim. Em agosto, foi assim. A nossa história está pontilhada de certos fatos que nos alertam. Reconheço que muitos homens que fazem a história através das suas atitudes e dos seus atos, que agem com patriotismo, até mesmo com patriotismo, er-

ram. Erram com patriotismo, mas a prática do erro não justifica o seu patriotismo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem saiu da casa no regime da liberdade, certo de que voltaria no mesmo regime? Ninguém. As fórmulas salvadoras que tenham como símbolo a palavra *recapitulação* não salvam coisa alguma.

Noto que um colega não está satisfeito, por eu abordar este assunto tão árduo e tão tempestuoso, com imagens tão sombrias. Que me desculpe. Terei grande alegria se ele sobreviver ao regime, mas terei a decepção dele se o regime naufragar, e muito poucos acreditam, nesta Casa, na sua sobrevivência.

O Sr. *Último de Carvalho* — Pretendia apartear-lo, mas V. Exa. não me tem permitido.

O SR. AURÉLIO VIANNA — De V. Exa. o aparte: estou ansioso por ser apartado. V. Exa. não pediu, fez um gesto, que não entendi, porque hoje não entendo gestos.

Este projeto é de autoria do Deputado Benjamin Farah, o funcionário afastado para tratamento de saúde tem as suas faltas abonadas para efeito de aposentadoria, porque é considerado como de efetivo exercício aquele período em que o funcionário estiver afastado para tratamento de saúde.

O Deputado Tarso Dutra, da Comissão de Constituição e Justiça, declara que "o estatuto vigente exclui, em seu Art. 79, essa causa funcional como abonadora de afastamento, repercutindo, assim, prejudicialmente na antiguidade do servidor.

Não parece justo, desde logo, que o tratamento de saúde, ao qual o agente administrativo deve recorrer por motivo independente da sua vontade, constitua fator de interrupção da efetividade funcional, malgrado certos abusos que na prática muitas vezes ocorrem com as licenças para esse fim.

Ora, se um funcionário doente não o está mas assim é considera-

do através de atestados médicos graciosos, que culpa tem a coletividade, que culpa tem aqueles outros funcionários, que por motivos estranhos à sua vontade, por motivos de saúde comprovados não podem permanecer no trabalho? Que culpa tem para merecer castigo dessa natureza? Dai, vemos muitas vezes funcionários, para não perder aqueles dias que seriam contados para efeito de aposentadoria, doentes, às vezes de doença infecto-contagiosa irem ao trabalho de qualquer modo...

O Sr. Benjamin Farah — Esse, o perigo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ...prejudicando seus companheiros, contaminando-os, prejudicando-se até a si mesmo, porque trabalhando sem a capacidade necessária para o exercício das funções.

Este projeto não atenta contra a nação nem atenta contra a boa moral; não atenta contra a vida, não atenta contra o funcionário. Pelo contrário, desenvolve interesse maior pelo serviço. É um projeto humano, justo, equânime, equilibrado. É um projeto que não pode deixar, que não deve deixar de merecer a atenção da Câmara, dos representantes do povo do Brasil, Câmara que erra muitas vezes, mas sem a qual o povo não tem liberdade. Poderá ser aperfeiçoada se continuar. Não o será se for destruída, se for aniquilada totalmente.

O Sr. Benjamin Farah — Entre os argumentos que apresentou o nobre Deputado Nelson Carneiro, talvez o mais forte seja o do atestado gracioso que não é regra, mas exceção. V. Exa. está abordando assunto com profundidade, com experiência e espírito de justiça. Congratulo-me com a Casa pela sua defesa e sobremodo com o funcionalismo. É para defender projetos dessa natureza que a Câmara existe. Projetos humanos, longe de prejudicar o serviço público, dão mais confiança e tranquilidade ao funcionário, que numa hora de incertezas sabe será amparado pelo

Estado. Se o Parlamento funcionar nesse sentido, terá a simpatia da maioria de nosso povo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, o atestado gracioso tornou-se uma espécie de instituição no Brasil, mas, em verdade, posso afirmar, muitos desses atestados são em sentido contrário. Conheci inúmeros operários que morreram nos teares, atacados de graves enfermidades, depois de terem recebido atestado do médico da instituição da previdência social de que estavam aptos para o trabalho. Conheço inúmeros casos de operários doentes, enfermos, apelando para médicos particulares, recebendo atestado de que não poderão continuar no trabalho, voltando ao Instituto, e o médico confirmando o seu atestado anterior, isto é, aptos para trabalhar. Houve uma reação tremenda dos operários — e a Democracia é bela e boa por isto. As classes podem protestar, podem mobilizar-se, podem trabalhar, podem reivindicar. E houve modificações neste setor que conheço como a palma da minha mão. Houve uma fiscalização sobre os médicos do Instituto pelo próprio Instituto e, então os atestados passaram a ser verazes, seguros, e acabou o abuso.

O Sr. Dager Serra — Nobre Deputado, as razões apresentadas pelo ilustre colega Nelson Carneiro, no combate a esta proposição que beneficia os funcionários licenciados para tratamento de saúde, são no meu fraco modo de entender, falhas. Alegou S. Exa. que essa medida viria acarretar despesas para os cofres públicos. Tal não acontece porque a legislação vigente já assegura a percepção integral do vencimento na licença para tratamento de saúde. Quanto ao caso dos atestados graciosos, o Estatuto dos Funcionários Públicos, num de seus artigos assegura ao Chefe da repartição, no caso de dúvida de que a licença tenha sido concedida através de atestado gracioso, o direito de submeter o fun-

cionário licenciado a uma junta médica para comprovação da veracidade de seu estado de saúde. Nesta altura faço veemente apêlo ao Deputado Nelson Carneiro no sentido de que retire sua emenda para que o projeto de 1957, possa ter o andamento necessário. Estou inteiramente de acordo com as considerações que V. Exa. vem fazendo a respeito.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço a V. Exa. o aparte, mas quero dizer, inclusive, que o nobre Deputado Nelson Carneiro, com aquela elegância que é uma das características de sua formosa personalidade, não é propriamente contra o projeto. Alegou Sua Excelência que, aprovada a proposição se criaria desestímulo àqueles outros funcionários que habitualmente e honestamente cumprem o seu dever.

A verdade porém, é esta. Com um serviço médico bem organizado — e todos devem ser assim — esse projeto teria estímulo.

Um homem em condições de trabalhar jamais deixaria de fazê-lo através de atestados graciosos, porque todos nós conhecemos — e o Deputado Nelson Carneiro também — inúmeros funcionários que, perdendo dias perdem anos de aposentadoria, ficam apáticos, insubmissos, psicologicamente traumatizados, desestimulados; consideram-se vítimas de uma injustiça. O projeto retificaria isto. Perdem até a licença-prêmio.

O Sr. Xavier Fernandes — Querria, apenas, chamar a atenção de V. Exa. para a afirmativa que acaba de fazer, de que um operário, depois de examinado, retornou ao serviço com atestado de perfeita saúde, quando portador de uma lesão pulmonar, ou melhor dizendo, de tuberculose. É muito estranho que isto tenha acontecido, porquanto um diagnóstico de tuberculose, tão fácil hoje é, com a sintomatologia apresentada pela enfermidade, dispensa até os exames complementares de laboratório e raios X. Por isso, estranho que

V. Exa. tenha feito esta assertiva, que conheça casos desta natureza. E' até de se perguntar: será que o atestado foi mesmo de um médico?

O SR. AURÉLIO VIANNA — O que V. Exa. não entendeu foram as minhas palavras. Declarei que não conseguiram esses operários o atestado médico de que estariam capacitados para o exercício do seu trabalho. Eles não foram afastados do trabalho, não se lhes permitiu que se afastassem. O atestado dizia que estavam em condições de trabalhar.

O Sr. Xavier Fernandes — Mesmo portadores de lesão?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Mesmo portadores da doença.

O Sr. Xavier Fernandes — Dai palrar a dúvida.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Cito até uma das fábricas onde isso acontece, por diversas vezes, a Fábrica de Fernão Velho.

O Sr. Xavier Fernandes — É profundamente lamentável.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Por isso estou citando o fato. Desumanidade, escândalo. Determinados indivíduos que não deveriam ter posto jamais anel de médico no dedo.

O Sr. Xavier Fernandes — Cabe aos servidores requererem junta médica.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Isso para justificar o princípio de que deveria o Instituto fazer economia, pois não estava em condições de gastar, já que os cofres da autarquia se achavam esgotados. Como, então, salvar o Instituto? Rejeitando o atestado liberatório.

Operários, às vezes operárias grávidas, em estado adiantado de gravidez, doentinhas, coitadas, trabalham para sustentar os filhos, morrendo aos poucos, desaparecendo aos poucos, destruindo-se aos poucos, por não terem conseguido um atestado que lhes desse o direito de se recolherem ao lar para estender o tempo, à espera da morte.

ou, então, de uma cura miraculosa V. Exa. tem razão na sua indignação, na sua revolta. Tivemos a experiência direta, vivendo o drama dos outros, o que não é a mesma coisa que viver o seu próprio drama, mas encarando aquela realidade, no meu Estado. E estas minhas palavras nem chegam lá!

O Sr. Benjamin Farah — No Estado da Guanabara isso é muito comum.

O SR. AURÉLIO VIANNA — No meu Estado vemos muito disso. Agora tem melhorado, porque o operário está tomando consciência de sua própria força. Mas o Deputado Benjamim Farah diz que no Estado da Guanabara isto é frequente.

O Sr. Xavier Fernandes — Agora compreendo muito bem a maneira como V. Exa. expôs o caso. Não tinha entendido antes. Devo dizer que conheço de perto estes problemas. Quero dar meu depoimento. Fui Presidente do Conselho Fiscal do IAPI durante alguns anos, e recebia, constantemente, reclamação de todos os recantos do Brasil, relativas ao serviço de atendimento médico, principalmente para efeito de tratamento, de aposentadoria, de pensões, etc.

Quero congratular-me com Vossa Excelência, que está realmente expondo a coisa como na realidade é, ou melhor dizendo, era.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Tem melhorado muito.

O Sr. Xavier Fernandes — Agora, depois da Lei Orgânica da Previdência Social, com este novo critério de dirigir as autarquias, tem havido grande melhora. Sendo hoje o Instituto dirigido pelos próprios contribuintes, tanto empregados como empregadores. Tem, de fato, havido muito mais empenho, interesse, zelo e cuidado com os associados. Congratulo-me com Vossa Excelência.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço a V. Exa. Sabia que não me dissera entender bem. Sei que V. Exa. conhece o problema por-

que é, sem favor algum, um dos médicos mais humanitários que conheço.

O Sr. Xavier Fernandes — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Sérgio Magalhães, 1.º Vice) — Atenção! O orador dispõe de apenas 5 minutos.

O Sr. Padre Vidigal — V. Exa. está dizendo grande verdade, nobre Deputado Aurélio Vianna. Os Institutos arrecadam no interior do Estado de Minas e raras são as agências que prestam benefícios a seus contribuintes. Posso dar a V. Exa. meu testemunho insuspeito, porque vou denunciar caso que se registrou no tempo do Presidente Juscelino Kubitschek. Em Coronel Fabriciano, um dos maiores redutos, uma das maiores concentrações do interior de Minas, a meu pedido, foi criada agência do IAPTC. Quando fiz o pedido, foi para levar a assistência do Instituto aos associados. No dia da instalação da agência o delegado de Minas Gerais, ali presente, nosso correligionário do PSD, assumiu com o povo o compromisso de mandar, em quinze dias, instalar o serviço de assistência médica. Reclamei essa providência várias vezes, ao Sr. Arlindo Maciel. A agência de Coronel Fabriciano rende para o Instituto milhões de cruzeiros por mês, e até hoje, dezoito meses depois de instalada, nenhuma assistência médica é prestada àquele colégio de contribuintes sempre onerados, sempre esquecidos na hora de receber o benefício.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente e Srs. Deputados, eis a face de uma verdadeira Câmara de representantes do povo. Eis a beleza da democracia, de uma Câmara, quando se interessa pelos problemas fundamentais do povo. Nunca destruí-la, mas aperfeiçoá-la pela sua renovação constante, pela substituição de seus valores, pela continuidade, pelo efetivo exercício de um trabalho em benefício do povo.

156.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

635

Sr. Presidente e Srs. Deputados, votarei, e bem assim a bancada, embora pequena, do nosso Partido, a favor deste projeto, como um dos passos dados ao encontro das aspirações do nosso funcionalismo público federal. Que estas sessões se reproduzam, que escapemos da espada de Dâmocles, que continuemos vivendo, porque continuando a viver, permanece viva a razão de ser da nossa existência de homem público, que é a Democracia; o Governo do povo, o Governo pelo povo, o Governo para o povo. Quando uma Câmara se conduz assim, é indestrutível o regime. Ela resiste a todas as procelas. Que entendam lá fora os homens que também um dia sofrerão as mesmas consequências se porventura se destruírem, destruindo o regime, destruindo o sistema democrático. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Já há número para as votações.

Comparecem mais os Srs.:

Clélio Lemos.
José Bonifácio.
Breno da Silveira.
Wilson Calmon.

Amazonas:

Pereira da Silva — PSD.

Pará:

Armando Carneiro — PSD.
Ferreira Costa — UDN.
Océlio de Medeiros — PSD.
Sílvia Braga — PSP.

Maranhão:

Antônio Dino — PSD.
Clodomir Millet — PSP.
Cid Carvalho — PSD.
Eurico Ribeiro — PSD.
José Sarney — UDN.
Lister Caldas — PSD.
Neiva Moreira — PSP.
Renato Archer — PSD.

Piauí:

Clidenor Freitas — PTB.
Dyrno Pires — PSD.
Heitor Cavalcanti — UDN.
Laurentino Pereira — PSD.
Milton Brandão — PSD.

Ceará:

Alvaro Lins — PSP.
Carlos Jereissatti — PTB.
Coelho Mascarenhas — PSD.
Esmerino Arruda — PSP.
Euclides Wicar Pessoa — PSD.
Furtado Leite — UDN.
Leão Sampaio — UDN.
Martins Rodrigues — PSD.
Moreira da Rocha — PR.
Oziris Pontes — PTB.

Paraíba:

Ernani Sátiro — UDN.
Jacob Frantz — PTB.
Jandui Carneiro — PSD.
José Joffily — PSD.
Luiz Bronzeado — UDN.
Plínio Lemos — PL.
Raul de Góes — PSP.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Alde Sampaio — UDN.
Andrade Lima Filho — PSD.
Armando Monteiro — PSD.
Arruda Câmara — PDC.
Barbosa Lima Sobrinho — PSB.
Bezerra Leite — PTB.
Geraldo Guedes — PL.
Gilenio de Carli — PSD.
Josué de Castro — PTB.
José Lopes — PTB.
Nilo Coelho — PSD.
Osvaldo Lima Filho — PTB.
Souto Maior — PTB.

Alagoas:

Abrahão Moura — PSD.
José Maria — PTN.
Medeiros Neto — PSD.

Sergipe:

Armando Rollemberg — PR.
Arnaldo Garcez — PSD.
Lourival Batista — UDN.
Passos Porto — UDN.
Seixas Dória — UDN.

156.ª SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

667

Art. 19 — A Fundação Universidade de Brasília poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite, ficando-lhes assegurada cobertura cambial prioritária e automática à taxa mais favorável de câmbio.

Art. 20 — É assegurada à Fundação Universidade de Brasília, isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social bem como franquia postal telegráfica.

Art. 21 — Mediante termo lavrado no Ministério da Fazenda serão transferidas para a Fundação Universidade de Brasília, as rendas do corrente ano das ações referidas no art. 4.º

Art. 22 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 5 de julho de 1961. — *Coelho de Souza*, Presidente. — *Lauro Cruz*, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A Comissão de Educação e Cultura, em sua 6.ª reunião ordinária realizada em 5 de julho de 1961, presentes os Senhores Deputados *Coelho de Souza*, *Lauro Cruz*, *Aurélio Viana*, *Yukishigue Tamura*, *Derville Allegretti*, *Tristão da Cunha*, *Celso Brant*, *Jonas Bahiense*, *Dirceu Cardoso* e *Aderbal Jurema*, tomou ciência da redação do vencido, oferecida pelo Senhor Deputado *Lauro Cruz*, relator do Projeto número 1.861, de 1960, que "autoriza a instituição da Fundação Universidade de Brasília".

Sala da Comissão, em 5 de julho de 1961. — *Coelho de Souza*, Presidente. — *Lauro Cruz*, Relator.

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., na forma regimental, preferência para o Projeto número 1.335-A, de 1959, 56.º da Ordem do Dia da Sessão de hoje.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1961. — *Djalma Marinho*.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam, queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Primeira discussão do Projeto número 1.335-A, de 1959, que concede pensão especial de Cr\$ 10.000,00 mensais à viúva do poeta e jornalista Antônio Bôto; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e da Comissão de Finanças favorável.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AURÉLIO VIANNA * — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, enquanto os líderes nacionais procuram um entendimento para a solução da crise política que abalou e abala os alicerces da Nação brasileira, organiza-se um ministério que não se sabe se é provisório ou definitivo, se durará 24, 48, 72 horas, ou quantas horas. A nós, da planície, informaram que já foram convidados: para Ministro da Justiça um pernambucano ilustre, o Deputado *Armando Monteiro*, mas que o lugar seria do Deputado *Etelvino Lins*; para Ministro de Minas e Energia, substituindo a figura do nobre Deputado pela Paraíba *João*

* Não foi revisto pelo orador.

Agripino, o não menos ilustre Deputado da bancada da UDN Gabriel Passos, que ainda não deu a sua palavra definitiva sobre se aceitaria ou não o convite feito. Para Ministros da Guerra, Aeronáutica e Marinha, é óbvio, os mesmos. Para Ministro da Fazenda também ficou o nobre banqueiro e homem público Clemente Mariani, ligadíssimo ao nobre Governador do Estado da Guanabara, o ex-Deputado federal e jornalista derrubador de presidentes, Carlos Lacerda — Carlos Frederico Werneck de Lacerda, se ouviu bem. Para Ministro do Trabalho foi convidado, segundo informações que nós, do plenário, recebemos às vezes, quando os nobres dirigentes políticos da Nação descem do seu pedestal e a nós vêm, não para consultar-nos, mas para aceitarmos os fatos consumados, o nobre Senador pelo Estado da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, do Partido Trabalhista Brasileiro, à espera, ao certo, da chegada do seu líder para a posse na Presidência da República. Para o Ministério da Educação, aqui temos algumas interrogações. Para o Ministério da Saúde outras interrogações. Para a Viação e Obras Públicas, falou-se no nome de um ex-Ministro da mesma pasta, um nosso colega dos mais distintos, o nobre Deputado Maurício Joppert, que, além de engenheiro, é um dos mais brilhantes jornalistas que o País possui. Para o Ministério das Relações Exteriores, falaram as vozes que constituem a nova liderança desta República política na pessoa daquele que, desta tribuna, fizera um discurso tão alto que recebera uma ovação; retifico, ovações tais como nenhum outro jamais, por ter sido indicado pelo nobre ex-Presidente da República Doutor Jânio da Silva Quadros para representar nosso País na qualidade de Delegado permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas. Trata-se do nobre ex-Deputado e atual representante do Brasil nas Nações Unidas, San Tiago Dantas.

Coloquei uma interrogação à frente de seu nome, porque as informações são fidedignas, mas os informantes não estão muito seguros desta última nomeação. Como vêm os colegas, tirando as Pastas militares, todos os outros membros do Ministério Mazzilli — poderão ser ministros por 24, 48, 72 horas, ou *ad aeternum*, isto é, enquanto durar o Governo provisório, ou poderão mesmo ser permanentes — são todos parlamentares ilustres. E' o Ministério dos parlamentares. Mesmo quanto ao ex-Deputado Santiago Dantas, está ainda tão próximo de nós, pois nos deixou há três ou quatro dias, que envolve a sua personalidade o espírito do Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, enquanto isto, o Presidente João Goulart ninguém sabe se está em Málaga, em Singapura, em Paris, ou voando para o Rio ou Montevideu, Guanabara ou diretamente para Brasília. De qualquer modo, verificamos que se trabalha para que as nossas instituições permaneçam intactas, firmes, sem arranhão, e, como diz o nobre Deputado Padre Nobre, sem farsas. Mas tiremos a adversativa e apresentemos uma aditiva, e também dizem que há pronunciamentos a favor da posse do Presidente João Goulart, do outro J, como, por exemplo, o do ilustre Marechal Teixeira Lott, que declarou:

"Lutarei, se preciso for, para que seja respeitada e cumprida a Constituição". E' o que todos os democratas esperam de S. Exa. Mas, além deste pronunciamento, há um outro que estarreceu amplas camadas da população brasileira, principalmente do Estado da Guanabara, vasado nestes termos: "Pela manutenção da legalidade democrática, representada neste momento, pela posse de Jango". E' do Sr. Carlos Lacerda.

Esperamos que seja verdadeiro, e não pode deixar de ser, pois não acredito que um jornal, com a responsabilidade de "Última Hora", cujos diretores não comungam

156.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

669

com o Senhor Carlos Lacerda, publicasse notícia desta natureza se não fosse verídica. Mas sabemos também que o Governador da Bahia, o Ilustre General Juracy Magalhães, se pronunciou pela posse, mansa e pacífica, do Presidente João Goulart.

Hoje, daquela tribuna, num pronunciamento que o eleva e dignifica falou o Presidente do mais novo Partido do Brasil, pela posse do Senhor João Goulart, seu inimigo político e creio que pessoal, embora declarando o autor da proposta que o combateria no Governo. E' o pronunciamento de Fernando Ferrari.

Pela posse do Senhor João Goulart se pronunciou também, segundo notícias que correm, um dos homens mais dispostos, mais intransigentes na defesa dos seus pontos de vista, que é o Líder de uma corrente ponderabilíssima do Rio Grande do Sul, Senhor Perachi Barcelos. Pela posse do Sr. João Goulart, as notícias chegam de Minas Gerais, pronunciou-se em definitivo o nobre Governador Magalhães Pinto, e algumas más línguas dizem que há um movimento no PSD de lá contra a posse, por causa do pronunciamento do Governador udenista daquele Estado. Não acredito, não é possível! O Ilustre Padre Nobre lembrou-me o pronunciamento do Cardeal Dom Jaime Câmara, também pela posse do Senhor João Goulart.

O Deputado Gabriel Passos é claramente pela posse.

O Sr. Benjamin Farah — Val ser Ministro.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E que bom Ministro! Praza aos céus que o Sr. João Goulart, tomando posse, convide para exercer cargos no seu governo homens do quillate de Gabriel Passos.

O Sr. Benjamin Farah — De pleno acôrdo com V. Exa.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Creio que este apoio é universal, de toda a Casa, de todo o País.

O Sr. Benjamin Farah — Perfeitamente. Assim a opinião de Sua Excelência a favor da posse é muito importante.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Sim, acredito mesmo que esta Casa política — política ela é — deverá olhar para esses pronunciamentos, inclusive de inimigos figadais e tradicionais e constantes e permanentes do Sr. João Goulart, que assim colocam acima das suas desavenças políticas, das suas questões pessoais os interesses do povo brasileiro, o fortalecimento do regime democrático (*Muito bem*), que seria arranhado em definitivo se não se consentisse na posse do Presidente da República.

Estávamos reunidos, alguns Deputados e ouvimos algumas pessoas do povo. "Se não houver a posse do Sr. João Goulart — dizia um contabilista — em quem não votei, da próxima vez colocarei na urna o nome de Pelé, ou de Marta Rocha, porque meu voto, o voto do povo, nada vale".

Isso é muito sério, é muito importante, é muito significativo. Seria a destruição do que há de mais nobre no povo, que é a sua confiança. Então, por que razão se afirma que há grupos de Deputados manipulando fórmulas, quando só há uma fórmula, a da união de toda a Casa, na defesa da posse do Presidente da República? Essa é a conduta que dignificará o Congresso Nacional.

O Sr. Padre Nobre — Nada de farsas democráticas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nada de farsas democráticas, aceito a expressão do Deputado Padre Nobre, que incorporo ao meu discurso.

O Sr. Andrade Lima Filho — V. Exa. nobre Deputado, com a autoridade de sempre e também com oportunidade, expõe à Câmara esses pronunciamentos, que são de todos os homens de bem e de vergonha deste País. Gostaria de trazer ao conhecimento de Vossa Excelência e da Casa que, neste

instante, ou daqui a algumas horas, a cidade do Recife estará assistindo a um grande comício comandado pelo grande prefeito Miguel Arrais e pelo Vice-Governador Pelópidas da Silveira, na defesa desse ponto de vista — a posse do Vice-Presidente da República, aliás do atual Presidente da República, Sr. João Goulart. É esta Sr. Deputado, como bem Vossa Excelência o disse, a única forma compatível com aqueles que são fiéis ao regime e à democracia e não querem a continuidade de um Congresso de cócoras, diante das forças reacionárias do país.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, comovido com essa declaração de V. Exa., porque estou ligado a Pernambuco como ostra à rocha, diria como na guerra: Glória eterna ao povo de Recife, ao heróico povo pernambucano! Parodio aquela frase célebre, quando se glorificavam os heróis que lutavam na defesa da democracia e das liberdades do homem e do cidadão. Teríamos que ouvir esse grito, partido das regiões adustas e crestadas pelo sol do meio-dia, daquele povo que é um dos bastiões da nacionalidade, uma das fortalezas da democracia. Ninguém está enganado. Por isso, não digo: ninguém se engana, nesta tentativa para a confirmação do regime, o povo brasileiro está unido.

Se o Sr. Jânio Quadros ainda tem prestígio no Brasil — e nós acreditamos que tem, não o falo que tinha — aqueles que ainda lamentam a sua retirada da cena não poderão ou não deverão ir à mazorca, porque, na verdade, a solução constitucional iria satisfazer aqueles democratas que desejam a sobrevivência e o fortalecimento do regime. Afinal de contas, o Sr. Líder dos janistas renunciou porque quis renunciar, forçado a renunciar, mas o ato de vontade foi dele, porque se não o quisesse poderia ser deposto, mas continuaria defendendo as suas prerrogativas.

Ora, o vácuo estaria ocupado por quem de direito.

O Sr. Padre Nobre — Felicito V. Exa., nobre Deputado Aurélio Viana, pela objetividade, pela serenidade de suas observações. Que o povo brasileiro não se esqueça de, neste momento crucial da nossa histórica política, erguer os olhos e o pensamento para aquele que está nos frontispícios da Constituição Federal — Deus, que rege nossos destinos e há de abençoar esta Pátria, como sempre tem abençoado, para que ela prossiga nos caminhos do progresso dentro da democracia.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço o aparte de V. Exa. Invoco eu, na manhã de hoje, o nome da divindade que cultuamos. É preciso ir ao encontro dela, que os seus braços sempre estiveram abertos para o nosso País.

Por que falar-se em reforma constitucional neste momento? O que deveríamos dizer aos responsáveis pela manutenção da ordem pública, da ordem interna, aos nossos irmãos de armas, era que, como nós, políticos como nós, cidadãos civis, têm as mesmas obrigações de zelar pela nossa gente e pela defesa dos princípios que estão na Constituição da República, esculpidos nela pela vontade soberana do nosso povo, que a responsabilidade é comum, é de todos. Ninguém escapa ao julgamento da posteridade. Por que reforma constitucional, neste momento? Neste instante, nós temos de respeitar a Constituição. (*Muito bem*).

Como admiro, hoje mais hoje do que quando candidato à Presidência da República; como admiro, hoje, mais do que no dia 11 de novembro, mais do que quando Ministro da Guerra, o Sr. General Teixeira Lott, porque, afastado das atividades militares, ocorreu, no momento exato, próprio, na defesa da Constituição brasileira, com aquelas palavras que honram o velho soldado, que honram o Brasil inteiro, que honram o mun-

do civil e o mundo militar da nossa pátria: "Lutarel se preciso fór, para que seja respeitada e cumprida a Constituição da República". Estas palavras devem ser acatadas, devem ser gravadas na alma, no coração, principalmente daqueles que defenderam a sua candidatura à Presidência da República.

O Sr. Hélio Ramos — Sr. Deputado, estou ouvindo com atenção o discurso de V. Exa. na hora grave presente. Acho que V. Exa. não admite, como eu também não posso admitir, haja nesta Casa quem, no exercício do mandato que o povo lhe confiou, não esteja disposto a defender até as últimas consequências a autodeterminação e o respeito às prerrogativas do Congresso. Mas, Sr. Deputado, a nossa posição deve ser informada e decidida quando conhecermos da posição do Sr. João Goulart. Era essa a intervenção que queria fazer.

O SR. AURELIO VIANNA — Deputado Hélio Ramos, V. Exa. tem razão, mas hoje pela manhã nós dizíamos — admitindo-se, por absurdo, que o Sr. João Goulart apresentasse a sua própria renúncia, abdicasse do direito que tem de exercer o seu mandato — em primeiro lugar, que estaria liquidado ele próprio, jogar-se-ia como um ser anônimo e desprezível nas coxilas do Rio Grande do Sul e nunca mais apareceria. (*Muito bem*). Não teria sido digno do voto do povo brasileiro e muito menos do nome que traz de sucessor político de Getúlio Dorneles Vargas. Admitir-se a renúncia do Presidente da República seria raciocinar por absurdo, seria a descrença generalizada. Se a renúncia do Presidente Quadros encheu de perplexidade os seus auxiliares, destruindo em grande parte a fé, a confiança, a renúncia do Sr. João Goulart seria acabar, seria destruir, na alma das massas proletárias do Brasil, a esperança, a confiança dos líderes políticos. E agora, então, que nós vemos de toda a parte, de todo o Brasil, de ami-

gos e inimigos, manifestações a favor da posse. Por que admitiu-se mesmo a renúncia? A nós não nos compete saber se o Sr. João Goulart vai renunciar ou não; a nós compete defender o direito que Sua Excelência tem de exercer a Presidência da República. A renúncia seria ato seu, próprio, unilateral. Não digo que acredito ou descredo, mas não desejo que isto que se propala no pé do ouvido de cada qual, que esse boato toma corpo, mesmo porque, se o Sr. Jânio Quadros diz que renunciou pela pressão das forças econômicas, não pela pressão militar, que desculpas poderia apresentar ao povo brasileiro o Sr. João Goulart?

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto concede pensão de dez mil cruzeiros mensais à Sra. Carminda da Conceição Rodrigues Boto, viúva do poeta Antonio Boto. O Deputado Monsenhor Arruda Câmara, se não me falha a memória, vem sendo o campeão da luta nesta Casa contra as pensões. S. Exa. defende o princípio respeitável, de que esta Casa não é um instituto de aposentadoria e pensões, e a Nação brasileira, o erário federal, não se deve transformar num centro de distribuição de aposentadoria e pensões, porque de sua competência não é, mas, sim, dos institutos e caixas, que para isso foram criados. Trata-se, porém, de uma senhora que não está amparada, viúva de um poeta cuja poesia para Garcia Lorca é a de um poeta que "exprime uma grande idéia da beleza humana".

"A sua técnica é daquelas que não têm nenhuma. Vem da suma descoberta, da suma inspiração. Não repete a deste ou a daquele. Cria. Por isso, ninguém o pode imitar". Um grande poeta, mais creador do que criador. Tirou de si próprio, não digo do nada, porque do nada só Deus tirou, e por isto, Deus é Creador e não criador.

Sr. Presidente, a sua poesia, as suas canções foram traduzidas para o inglês. Admirou-as a Inglaterra culta que teve a oportu-

nidade de lê-las, de senti-las, de vivê-las. O grande Professor Unamuno, da Universidade de Salamanca, aquela figura universal de humanista, grande defensor das liberdades na Espanha, segundo leio declarou que a "vibração genial do genial poeta Antônio Bôto relevada em público no estrito grupo de admiradores, em estupefatos poemas, é tão íntima, tão nua e ao mesmo tempo tão bela, pessoalíssima, nova, subjetiva e assombrosa, que nos parece que fala ao ouvido de cada ouvinte em secreta confidência de uma voz maravilhosa. E mais, em minhas peregrinações pelo mundo, nunca vi maior milagre de beleza".

Muita gente não conhece as obras do grande poeta, do extraordinário poeta brasileiro. Vive na miséria a viúva de Antônio Bôto e é por isto, em face disto, em virtude disto mesmo, de viver na miséria a viúva de um grande vulto da poesia nacional, que foi apresentado este projeto, solicitando uma pensão de 10 mil cruzeiros, 10 mingados mil cruzeiros, fraquíssimos, 10 mil cruzeiros, para a fome física daquela que acompanhou Antônio Bôto durante toda a sua vida.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, são estas as razões que me levaram a votar a favor do Projeto de-lei 1.335-A, que concede essa pequenina pensão à viúva do grande, genial, extraordinário e, diria, imortal poeta Antônio Bôto. (*Muito bem; muito bem. Palmas*)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão e adiada a votação.

Dado ao adiantado da hora, vou levantar a sessão.

Deixam de comparecer os Senhores:

Vasco Filho.

Amazonas:

Adalberto Vale — PTB.

João Veiga — PTB.

Pará:

Deodoro de Mendonça — PSP.

Gabriel Hermes — UDN.

João Menezes — PSD.

Maranhão:

Miguel Bahury — PSD.

Piauí:

José Cândido.

Ceará:

Adolfo Gentil — PSD.

Bonaparte Maia.

Costa Lima — UDN.

Paulo Sarazate — UDN.

Rio Grande do Norte:

Tarciso Maia — UDN.

Teodorico Bezerra — PSD.

Paraíba:

Abelardo Jurema — PSD.

Drault Ernâni — PSD.

Humberto Lucena — PSD.

Pernambuco:

Dias Lins — UDN.

Etelvino Lins — PSD.

João Cleófas — UDN.

Alagoas:

Aloísio Nonô — PTB.

Ay Pitombo — PTB.

Sousa Leão — PSP.

Bahia:

Alaim Melo — PTB.

ALOysio de Castro — PSD.

Hanequim Dantas.

Hélio Machado — PDC.

Luís Viana — UDN.

Raimundo de Brito — PTB.

Espírito Santo:

Ramon Oliveira Neto — PTB.

Rio de Janeiro:

Edilberto de Castro — UDN.

Heli Ribeiro — PTB.

Pereira Pinto — UDN.

Raymundo Padilha — UDN.